



## Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

Relatório da Administração

**1. Aos acionistas:** Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") referente às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias - COR de 23,28%, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER. A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrô, ferrovias, aeroportos, aquedutos e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços

relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28/02/2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormiência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A SP Concessões possui participação direta na controlada em conjunto CCR S.A., responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, o Grupo CCR busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A CCR S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias,

de mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2022 foi de R\$ 430.183, em comparação aos R\$ 72.155 de 2021. Esse aumento é explicado, em virtude do resultado influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto CCR S.A. Resultado financeiro: No ano 2022, o resultado financeiro líquido positivo foi de R\$ 1.385, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 160 em 2021. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 12/04/2023. A Administração

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Ativo	Nota	2022	2021	Reservas de lucros		Reservas de Capital		Ajuste de avaliação patrimonial		Transações com sócios		Dividendo adicional proposto		Lucros acumulados		Total		
				Capital social	Legal	Retenção de lucros	Especial de dividendos											
<b>Circulante</b>		<b>20.674</b>	<b>14.105</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.176	12.691															
Impostos a recuperar	6	461	221															
Dividendos a receber		7.699	1.190															
Outras contas a receber		1.338	3															
<b>Não circulante</b>		<b>1.768.300</b>	<b>1.435.471</b>															
Realizável a longo prazo		456	479															
Outras contas a receber		456	479															
<b>Investimentos</b>		<b>7.176.844</b>	<b>1.434.992</b>															
Total do ativo		1.788.974	1.449.576															
<b>Passivo</b>		<b>102.375</b>	<b>19.288</b>															
<b>Circulante</b>		<b>102.375</b>	<b>19.288</b>															
Fornecedores		74	82															
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	549	1.029															
Impostos e contribuições a recolher		13	11															
Obrigações sociais e trabalhistas		17	9															
Dividendos a pagar	11.e	101.722	18.157															
<b>Não circulante</b>		<b>19</b>	<b>10</b>															
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9	19	10															
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>11.686.580</b>	<b>1.430.278</b>															
Capital social	11.a	655.000	655.000															
Reservas de lucros	11.b	619.087	606.577															
Ajuste de avaliação patrimonial	11.c	92.396	116.159															
Reservas de capital	11.d	14.929	1.873															
Dividendo adicional proposto	11.e	305.168	50.669															
Total do passivo e patrimônio líquido		1.788.974	1.449.576															

  

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Receitas de serviços	Nota	2022	2021	2022		2021		2022		2021	
<b>Custos de serviços prestados</b>											
Serviços		(7.375)	(7.19)								
Custo com pessoal		(719)	(719)								
Materiais, equipamentos e veículos		(2.061)	(2.061)								
Outros		(7)	(7)								
<b>Lucro Bruto</b>		<b>(10.162)</b>	<b>9.435</b>								
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>											
Serviços	(1.693)	(1.912)	(179)								
Amortização	(1.653)	(2.096)	(179)								
Outras Despesas	83	56	56								
Outras Receitas operacionais	(3.263)	(4.131)									
Resultado de equivalência patrimonial	7.430.183	72.155									
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>426.920</b>	<b>77.459</b>								
<b>Resultados financeiros</b>											
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.417	649									
Juros e outras receitas financeiras	1.453	681									
<b>Despesas financeiras</b>											
Juros sobre direitos creditórios		(703)									
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(68)	(138)									
	(68)	(84)									
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.385</b>	<b>(160)</b>								
<b>Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>428.305</b>	<b>77.299</b>								
IRPJ e CSLL		(852)	(852)								
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>428.305</b>	<b>76.447</b>								

  

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Lucro líquido do exercício	2022	2021		2022		2021	
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>							
Ajuste patrimonial - plano de pensão	56	(33)					
	56	(33)					
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado provenientes da controlada em conjunto</b>							
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras	(23.909)	11.927					
Ativação de hedge de fluxo de caixa	136	-					
IRPJ e CSLL	(46)	-					
<b>Total outros resultados abrangentes</b>	<b>(23.819)</b>	<b>11.927</b>					
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>404.542</b>	<b>88.341</b>					

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





continuação

operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. h) **Receitas de serviços:** As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. i) **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. j) **IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para IRPJ e de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido não está sendo reconhecido no resultado, pois a Companhia encontra-se sem expectativa de rentabilidade futura. k) **Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 01/01/2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31/12/2022: • Benefícios relacionados a COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30/06/2021. A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30/06/2022. • Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25). As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 01/01/2022. • Revisão anual das normas contábeis adotadas no Brasil (aplicáveis para a Companhia). i. **CPC 37 – Adoção pela Primeira Vez das Normas CPC por subsidiárias:** Esta alteração simplifica a aplicação da CPC 37 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas CPC depois de sua controladora – ou seja, se uma subsidiária adota as Normas CPC posteriormente e aplica a CPC 37. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas CPC. ii. **CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros:** Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de '10 por cento' ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluirá apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte. iii. **CPC 06 – Arrendamentos:** A alteração removeu o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na CPC 06. • Referências à estrutura conceitual – alterações ao CPC 15: As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC 15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. j) **Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23; • CPC 50 – Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18; e • Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26. 4. **Gerenciamento de riscos financeiros:** **Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) **Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos na nota explicativa no 5. c) **Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.

conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 6. **Impostos a recuperar:** Refere-se a IRPJ e CSLL a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

	2022	2021
CSLL a recuperar	80	99
IRPJ a recuperar	378	110
IRRF a recuperar	3	12
	461	221

7. **Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto):**

	2022	2021
Patrimônio líquido da investida	11.464.563	8.264.762
Participação	10,43%	10,43%
Investimento	1.195.624	861.921
Ágio (*)	573.233	573.233
Investimento - CCR S.A.	1.768.857	1.435.154
Patrimônio líquido da investida	(4.350)	(693)
Participação	23,28%	23,28%
Provisão para patrimônio líquido negativo - COR	(1.013)	(162)
Total Investimentos	1.767.844	1.434.992

(\*) Ágio - CCR S.A. Ágio proveniente da incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan), incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações).

8. **Partes Relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31/12/2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2021, relativos às operações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da consorciada COPER para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A., e estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar - COPER	549	1.029
Resultado		
Receita bruta de serviços - COPER	-	19.597
Custos dos serviços prestados - COPER	-	(10.162)
No exercício findo em 31/12/2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a remuneração da Diretoria no montante de R\$ 416 (R\$ 282 em 31/12/2021). Não existem empréstimos para pessoas chave da administração.		

9. **Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários:** Em 31/12/2022 a Companhia possui um processo tributário de R\$ 19 (R\$ 10 em 31/12/2021) que a Administração entende como provável a probabilidade de perda. Adicionalmente, em 31/12/2022 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificadas como possível, não tendo sido necessária, a contabilização de provisão para riscos de R\$ 1.126.614 (R\$ 1.063.099 em 31/12/2021), decorrente do processo da Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da CCR S.A., sendo a parte da Companhia proporcional

a sua participação no montante de R\$ 117.506 (R\$ 110.881 em 31/12/2021). 10. **IRPJ e CSLL:** a) **Conciliação do IRPJ e da CSLL - correntes:** A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	428.305	77.299
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(145.624)	(26.282)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	146.262	24.533
Juros sobre capital próprio	-	1.292
Provisões	(638)	-
Outros ajustes, líquidos (*)	-	1.309
Despesa com impostos correntes	-	(852)
(*) Refere-se, substancialmente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. b) <b>Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL:</b> Em 31/12/2022, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL de R\$ 127.606 (R\$ 123.410 em 31/12/2021), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros.		

11. **Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$ 655.000, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) **Reservas de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 08/05/2019, a administração aprovou a constituição da reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A Administração da Companhia avaliará a distribuição de dividendos de acordo com a disponibilidade de caixa. Reserva especial de dividendos: Conforme artigo 202 da Lei 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2022 foi pago o montante de R\$ 59.574 (R\$ 32.817 em 2021), a título de utilização da reserva especial de dividendos. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. d) **Reservas de capital: Ágio em transações de capital:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora CCR S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Transações com sócios: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com sócios decorrente de cessão de opção de compra de terreno. e) **Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	428.305	76.447
Constituição da reserva legal - 5%	(21.415)	(3.822)
Lucro líquido ajustado	406.890	72.625
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(101.722)	(18.157)
Juros sobre capital próprio	-	(3.800)
Dividendo adicional proposto	305.168	50.669
Dividendo adicional proposto: A parcela do lucro líquido do exercício remanescente à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 305.168, foi destacada como dividendo adicional proposto, cuja aprovação será ratificada pelas acionistas na Assembleia Geral subsequente. Durante o exercício de 2022 foi aprovada a transferência do saldo de dividendo adicional proposto de 31/12/2021, no montante de R\$ 50.669, para a reserva especial de dividendos.		

12. **Recita de serviços:**

	2022	2021
Recita bruta de serviços (a)	-	22.025
Impostos	-	(2.428)
Recita líquida	-	19.597

(a) Referia-se a serviços prestados por meio do consórcio COPER, para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. Este contrato foi encerrado em 28/02/2021. 13. **Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2022	2021
Ativos		
Caixa e bancos	13	-
Aplicações	-	7
Financieiras	11.163	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	489
Outras contas a receber	-	-
Passivos		
Dividendos a pagar	(101.722)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(74)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(549)	-
Cessão de direitos creditórios	-	-
Total	11.176 (102.345)	12.691 489 (19.275)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor: • Contas a receber de partes relacionadas, outras contas a receber, fornecedores, fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas e cessão de direitos creditórios - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia não possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo em 31/12/2022. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo,

diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2022	2021		
Classificação de ativos/passivos				
Hierarquia do valor justo				
Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	Nível 2
Ativos				
Caixa e Bancos	13	13	-	13
Aplicações financeiras	11.163	11.163	-	11.163
Passivos				
Dividendos a pagar	(101.722)	(101.722)	(101.722)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(74)	(74)	(74)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(549)	(549)	(549)	-
	(91.169)	(91.169)	(102.345)	11.176

	2022	2021		
Classificação de ativos/passivos				
Hierarquia do valor justo				
Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	Nível 2
Ativos				
Caixa e Bancos	7	7	-	7
Aplicações financeiras	12.684	12.684	-	12.684
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-
Outras contas a receber	489	489	489	-
Passivos				
Dividendos a pagar	(18.157)	(18.157)	(18.157)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(90)	(90)	(90)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(1.029)	(1.029)	(1.029)	-
	6.096	6.096	(18.787)	12.691

**Valor justo:** O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar. **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31/12/2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Efeito em R\$ no resultado				
	Vencimentos até	Exposições prováveis	cenário provável	cenário 25%	cenário 50%
Operação					
Aplicações financeiras (2)		11.163	1.524	1.143	762
Total do efeito de ganho ou perda			1.524	1.143	762

As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). 14. **Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. Reconciliação das atividades de financiamento:

	Dividendos a pagar	Total
Reconciliação das atividades de financiamento		
Saldo inicial em 31/12/2021	(18.157)	(18.157)
Dividendos pagos	77.731	77.731
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	59.754	59.754
Outras variações:		
Dividendos distribuídos	(161.296)	(161.296)
Saldo final em 31/12/2022	(101.722)	(101.722)

**DIRETORIA**  
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna  
Diretora-Presidente  
Edmar Briguelli  
Controlador CRC 1 SP 161770/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Soares Penido Concessões S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Res-continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

**responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12/04/2023.



**KPMG**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

**Wagner Bottino**  
Contador  
CRC 1SP196907/O-7

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 05 de abril de 2023, às 09:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital...
2. Convocação: O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária ("Assembleia") foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")...

travados em livro próprio, declarando, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 80...

STUDIO TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FPRV SQA SANHAÇO FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES PREVIDENCIÁRIO, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAP, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST – FRANKLIN FTSE BRAZIL, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST – FRANKLIN FTSE LATIN, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, GROUPEUR EQUITY LLC, HARRIS FAMILY FOUNDATION, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERG, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF, INVESTEC GLOBAL STRATEGY FUND, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LAZARD EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY TRUST, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY, LF WALES PP EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I – LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, MACKENZIE MAXIMUM DIVERSIFICATION EMERGING MARKETS INDEX ETF, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MANASLU LLC, MERCER QIF FUND PLC, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, NCIP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NEO FUTURE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NORGEAS BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NOVUS INSTITUCIONAL MASTER FIM, NOVUS LONG BIASED PREV MASTER FIA, NOVUS MACRO MASTER FIM, NOVUS PREV INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, NOVUS PREV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, NOVUS RETORNO ABSOLUTO MASTER FIA, NTGIOM COMMON DAC WORLD EXUS INVESTABLE MIF – LENDING, NÚCLEO AGULHAS NEGRAS FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO PIVUA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO PREV 100 FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RED LIFE REINSURANCE LIMITED, ROYAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, RYO LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, RYO SELECTION INSTITUCIONAL MASTER FIA, RYO SELECTION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, SNAPPER EQUITY LLC, SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, SQUADRA HORIZONTE FIA, SQUADRA INST FUND DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, SQUADRA MASTER IVP FIA, SQUADRA MASTER LONG-BIASED FIA, SQUADRA MASTER LONG-ONLY FIA, SQUADRA TEXAS LLC, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L. F., ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CHIN NON LENDING COMMON TRT FUND, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FV TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EXUS INDEX PORTFOLIO, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STICHTING PGM DEPOSITARY, STICHTING SHELL PENSIOENFONDS, STUDIO ICATU 49 PREVIDENCIÁRIO FIM, STUDIO ICATU PREVIDENCIÁRIO FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTI, STUDIO MASTER 70 PREV FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, STUDIO MASTER FIA, STUDIO MASTER II FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, STUDIO MASTER III FIA, STUDIO MASTER IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, STUDIO MASTER V FIM, STUDIO MASTER VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, SV2 EQUITY LLC, SV3 EQUITY LLC, SV4 EQUITY LLC, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LT AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE BANK OF NEW YORK MELLON EM BEN COLLECTIVE INVEST FD PL, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE COCA COLA MASTER RETIREMENT TRUST, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE SHELL CONTRIBUTORY PENSION FUND, THREEDNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC – LATIN AMERICA, TORX LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA, TORX LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, TORX MASTER FIA, TORX MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES III, TORX PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES FIFE, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INST T. INTL. STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INV FUNDS (VVC-VANGUARD VTSF GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC/VANGUARD ESG EMER. VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE V N S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VELLV, PENSION DE LIVROS A/S, VELLV ALISIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV BRADSCOD PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV BY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV IVP MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELLV PARTNERS FUND LLC, VELLV TARUMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VKF INVESTMENTS LTD, WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND, WISHBONE DELAWARE BRAZIL I, L.L.C. Conferir com a original lavrada em livro próprio, São Paulo, 05 de abril de 2023. (ass.) José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; Marcelo Abreu dos Santos Tourinho – Secretário.

Mapa Final de Votação Consolidado – Anexo I

Table with 2 columns: Opção and Posição. Contains voting results for various proposals (Pauta 1, Pauta 2, Pauta 3, Pauta 10, Pauta 10a, Pauta 10b, Pauta 14).

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal

BRDOCS





Apetece Sistemas de Alimentação S/A								
CNPJ/MF nº 60.166.832/0001-04								
Mensagem da Administração								
<p><b>Senhores Acionistas:</b> 2022 começou marcado pela inflação e taxa de juros em alta, encerrando o ano com IPCA-FIPE acumulado de 14,75%, impactando diretamente nos custos operacionais da empresa. Este cenário de alta de preços de alimentos é ainda anterior a 2022 e por isso a Apetece vem executando um plano de ação para minimizar os impactos do cenário inflacionário na sua operação. Com todos os desafios impostos ao longo de 2022, a gestão da carteira</p>		<p>de contratos teve impacto relevante no desempenho da empresa por meio da manutenção e renovação de contratos e busca pela recomposição de preços, percebendo reajustes contratuais acumulados da ordem de 22,92% nos últimos 24 meses. O faturamento cresceu 50,2% em relação ao ano anterior e 32,70% acima de 2019, demonstrando a recuperação do faturamento pós-Pandemia. Dentre os segmentos de atuação da Apetece, o de saúde impactou</p>		<p>fortemente para este crescimento. Iniciamos 2023 em ritmo acelerado, com o compromisso de atuar segundo nossos três pilares: encanto (convivência e comunicação), sustentabilidade (saúde e ecologia) e excelência (qualidade e equipe), acreditando na expansão do segmento de alimentação coletiva.</p> <p>São Caetano do Sul, 31 de dezembro de 2022.</p> <p style="text-align: right;">A Administração</p>				
Relatório da Administração								
<p>Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.</p> <p style="text-align: right;">São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022.</p> <p style="text-align: right;">A Diretoria</p>								
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em R\$)								
Ativo		Passivo		Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)				
	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
<b>Circulante</b>	<b>85.524.796</b>	<b>74.173.382</b>	<b>Circulante</b>	<b>26.830.000</b>	<b>17.533.187</b>	<b>Receita Bruta</b>	<b>299.989.461</b>	<b>201.499.113</b>
Disponível	5.331.668	1.413.112	Fornecedores	18.980.146	10.433.436	Receita de Vendas	299.989.461	201.499.113
Caixa e Bancos	5.331.668	1.413.112	Obrigações com Pessoal	7.187.578	6.584.152	<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(13.363.977)</b>	<b>(19.978.902)</b>
<b>Créditos</b>	<b>80.193.129</b>	<b>72.760.271</b>	Obrigações Tributárias	619.946	473.268	Impostos	(13.363.977)	(19.978.902)
Clientes	33.803.936	40.806.967	Contas a Pagar	42.331	42.331	<b>Receita Líquida</b>	<b>286.625.484</b>	<b>181.520.211</b>
Outros Créditos	16.671.751	11.366.691	<b>Não Circulante</b>	<b>36.937.702</b>	<b>38.236.435</b>	<b>Custos das Vendas</b>	<b>(258.614.791)</b>	<b>(162.548.011)</b>
Impostos a Recuperar	6.257.207	2.112.139	Exigível a Longo Prazo	36.937.702	38.236.435	Custos Sobre as Vendas	(258.614.791)	(162.548.011)
Estoques	23.460.234	18.474.473	Empréstimos e Financiamentos	4.401.616	6.265.533	<b>Resultado Bruto</b>	<b>28.010.692</b>	<b>18.972.201</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>5.786.590</b>	<b>7.595.965</b>	Controladas e Coligadas	-	16.051	<b>Despesas E Receitas</b>	<b>(29.535.960)</b>	<b>(25.180.210)</b>
Realizável a Longo Prazo	581.809	1.795.929	REFIS	28.368.496	22.911.443	Despesas Administrativas	(27.713.471)	(23.475.345)
Outros Créditos	581.809	1.795.929	Contas a Pagar	4.167.590	9.043.408	Despesas Financeiras	(6.470.442)	(1.722.885)
<b>Investimentos</b>	<b>14.525</b>	<b>14.515</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>27.543.684</b>	<b>25.999.726</b>	Receitas Financeiras	4.647.953	18.020
Participação Societária	14.525	14.515	Capital Social	22.070.000	22.070.000	<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>198.920</b>	<b>(322.722)</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>5.165.874</b>	<b>5.749.569</b>	Adiantamento Para Aumento de Capital	29.319.761	26.449.455	Outras Receitas e Despesas	198.920	(322.722)
Imobilizado Líquido	5.165.874	5.749.569	Reservas	573	573	<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.326.348)</b>	<b>(6.530.731)</b>
<b>Intangível</b>	<b>24.382</b>	<b>35.952</b>	Prejuízos Acumulados	(23.846.650)	(22.520.302)	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	-	-
Intangível	24.382	35.952	<b>Total do Passivo</b>	<b>91.311.386</b>	<b>81.769.348</b>	Imposto de Renda	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>91.311.386</b>	<b>81.769.348</b>				Contribuição Social	-	-
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)</b>								
	Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total			
Saldo em 31/12/2021	22.070.000	26.449.455	573	(22.520.302)	25.999.726	Resultado do Exercício	(1.326.348)	(6.530.731)
Adto Futuro Aumento de Capital	-	2.870.306	-	-	2.870.306	Resultado Líquido do Exercício	(1.326.348)	(6.530.731)
Resultado do Exercício	-	-	-	(1.326.348)	(1.326.348)	<b>Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)</b>		
Saldo em 31/12/2022	22.070.000	29.319.761	573	(23.846.650)	27.543.684	<b>Fluxo de caixa nas atividades operacionais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro (Em R\$)</b>								
<b>1) Apresentação das demonstrações contábeis</b> – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das Sociedades por ações 6.404/76, sendo adotadas no exercício de 2022 as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09, bem como os Pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis. <b>2) Sumário das principais práticas contábeis</b> – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas. Obs.: Valores em milhares de reais.								
<b>3. Composição das Principais Contas</b>								
<b>Disponível</b>		(R\$)						
Caixa	48							
Bancos	425							
Aplicação Financeira	4.859							
<b>Total</b>	<b>5.332</b>							
Considerando a aplicação financeira de R\$ 4.859 mil, o endividamento total passa a ser de R\$ 58.909 milhões, apresentando redução de 18,11%.								
Exigível	De (R\$)	Para (R\$)	Redução (%)					
Curto Prazo	26.830	21.971	18,11%					
Longo Prazo	36.938	36.938	-					
<b>Total</b>	<b>63.768</b>	<b>58.909</b>	<b>18,11%</b>					
<b>4. EBITDA</b> – A Apetece fechou o ano calendário de 2022 com um resultado operacional de R\$ 1.829 milhões contra um resultado de (R\$ 2.464) milhões no ano calendário de 2021 representando um acréscimo de caixa operacional (EBITDA) pelo conceito internacional.								
<b>5. Clientes</b> – A carteira conta com 39 Contratos, todos contratos vigentes para até 5 anos das respectivas datas de assinatura e ainda passíveis de prorrogação. O valor total da carteira está assim constituído:								
Clientes		(R\$)						
Faturado 2022		299.989						
Saldo a Faturar		1.003.741						
<b>Total</b>		<b>1.303.730</b>						
Os contratos apresentam medição semanal, quinzenal ou mensal. Assim como o faturamento que segue a respectiva medição. Para 2023 a Receita Bruta projetada é de R\$ 305 milhões.								
<b>6. Outros Créditos</b> – São créditos decorrentes de Outros Créditos, Adiantamento a Fornecedores, Adiantamento a Funcionários, Outros Adiantamentos e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Os valores estão assim distribuídos:								
<b>7. Imobilizado</b>								
	Aquisição	Depreciação	Líquido					
Instalações	1.384	1.128	256					
Máquinas e Equipamentos	9.346	5.400	3.946					
Computadores e Periféricos	755	673	81					
Móveis e Utensílios	3.642	2.860	782					
Veículos	2.251	2.150	100					
Ferramentas	14	14	-					
<b>Total</b>	<b>17.392</b>	<b>12.226</b>	<b>5.166</b>					
<b>8. REFIS</b> – O valor R\$ 28.368 milhões refere-se a principal mais juros em valor presente, devidos nos próximos 10 anos. O Refis foi atualizado em 2009 para pagamento em 12 anos, dos quais já foram pagos principal mais juros no período de 2009 a 2022. Considerados juros anuais de 12,39% (Selic), temos parcelas anuais de R\$ 3.188 milhões. Esta é a obrigação anual máxima associada a esta conta que consideramos, de forma gerencial, para cálculo dos indicadores correspondentes de endividamento bancário e geral. Tanto assim que o artigo 14 da lei 9.964/2000 Refis admiti que, para cálculo de indicadores mínimos para participar de concorrência pública, a empresa defira o valor do Refis na forma citada acima. Considerado								
<b>Parecer dos Auditores Independentes</b>								
Aos Srs. Acionistas e Diretores da Apetece Sistemas de Alimentação S/A. 1) – Examinei os Balanços Patrimoniais da empresa, levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do patrimônio líquido, das demonstrações do Fluxo de Caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) – Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade; b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas 3) – Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apetece Sistemas de Alimentação S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.								
São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022.								
<b>Nelly Branco Sapede</b> Contador – Auditor – CRC 1SP 021.253/O-0.								

**CAS Tecnologia S.A.**

CNPJ nº 00.958.378/0001-00  
**Convocação - Assembleia Geral Ordinária em 28/04/2023**  
 Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 28/04/2023, às 16:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 e b) Distribuição de dividendos. São Paulo, 18/19/20 de abril de 2023. (aa) Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (18, 19 e 20/04/23)

**Caravelas Negócios Imobiliários S.A.**

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária**  
 Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 26 de abril de 2023, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a distribuição e pagamento de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 13 de abril de 2023. **Angela Martins Guido Rios – Presidente do Conselho de Administração.** (19, 20 e 21/04/2023)

**PP Promotora de Vendas S.A.**

CNPJ/MF nº 18.249.116/0001-24 – NIRE 35.300.461.177

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2023**  
**1. Data, Hora e Local:** 10 de fevereiro de 2023, às 12h (doze horas), na sede da PP Promotora de Vendas S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4800, 9º andar, Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120, na cidade de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença da única acionista da Companhia, conforme dispõe o parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidente – Marco Antonio Afonso; Secretário – Marcia Pacianotto Ribeiro. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) consignação de renúncia de Diretor da Companhia; (ii) eleição do Sr. Alan Zelazo, na qualidade de Diretor sem Designação Específica. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, decidem: (i) consignar a renúncia (a) **Alexandre Mariano Corral Antunes**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.350.673-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 345.670.008-38, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, Cidade Jardim, na qualidade de Diretor Comercial. (ii) Eleger o Sr. **Alan Zelazo**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 10.445.855-9 SSP, inscrito no CPF/ME sob o nº 072.211.557-12, residente e domiciliado na com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, na qualidade de Diretor sem Designação Específica. Pela assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento como Anexo I, o membro da Diretoria ora eleito toma posse em seu cargo e declara expressamente sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações (a) não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; (b) não ter sido declarado inabilitado para o exercício do cargo por ato da Comissão de Valores Mobiliários; e (c) atender ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por: **Mesa:** Marco Antonio Afonso; Marcia Pacianotto Ribeiro, Secretária. **Acionistas:** FCBPBC Holding S.A. As partes signatárias abaixo reconhecem a celebração deste ato poderá se dar por meios eletrônicos, digitais e informáticos como válido e plenamente eficaz para todos os fins de direito, admitindo, portanto, a assinatura da presente Ata pelos referidos meios, sendo-lhes garantida a mesma eficácia, validade e integridade que ao documento físico, nos termos da Medida Provisória nº 2200/2001. Assinaturas: **Mesa:** Marco Antonio Afonso – Presidente da Mesa; Marcia Pacianotto Ribeiro – Secretária da Mesa. FCBPBC Holding S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 147.019/23-0 em 10/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Balanco Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido	
	2022	2021	
<b>Ativo</b>	<b>61.608.175,37D</b>	<b>53.713.519,51D</b>	<b>Ano 2021</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.198.418,37D</b>	<b>32.117.414,03D</b>	<b>Capital Realizado Autorizado</b>
Bancos Conta Movimento	599.553,58D	353.090,59D	Capital social
Cliente a Receber	4.789.027,30D	10.489.476,11D	44.500.566,74
Perdas Estimadas	2.663.424,85C	2.663.424,85C	Lucros ou Prejuízos acumulados
<b>Outros Creditos</b>	<b>784.027,16D</b>	<b>706.436,87D</b>	(9.633.978,63)
Adiantamentos a Fornecedores	212.380,31D	126.748,79D	(8.478,81)
Tributos a Recuperar/Compensar	566.470,20D	578.688,08D	7.631.601,69
Emprestimos a Empregados	5.176,65D	1.000,00D	(8.478,81)
Aplicações Financeiras	17.848.574,08D	12.434.930,08D	(8.478,81)
Estoques	15.777.700,85D	10.370.642,52D	42.036.819,60
Despesas Antecipadas	1.065.960,25D	426.262,71D	Reservas de lucros
<b>Não Circulante</b>	<b>23.409.757,00D</b>	<b>21.596.105,48D</b>	Reserva Legal
Cliente a Receber LP	104.400,00D	-	504.658,53
Socios	4.982.634,91D	4.369.574,06D	9.588.511,98
Depositos Judiciais	1.885,78D	1.885,78D	(2.463.747,14)
Investimentos	776.815,25D	831.969,21D	(10.093.170,51)
<b>Imobilizado</b>	<b>12.642.287,68D</b>	<b>12.210.430,15D</b>	10.461.286,85
Imoveis	12.826.442,09D	12.682.669,88D	2.095.630,80
Movéis e Utensílios	606.975,33D	599.345,06D	-
Máquinas e Acessórios	30.823,76D	30.823,76D	-
Equipamentos	3.250.832,04D	2.994.874,23D	-
Ferramentas	32.091,63D	29.621,08D	-
Instalações	1.305.367,44D	1.218.273,18D	-
Veiculos	2.501.611,23D	2.724.196,23D	-
Aeronaves	29.665,94D	29.665,94D	-
Tratores e Implem. Agricolas	1.303.849,83D	1.168.018,70D	-
Benf. em Propriedade de Terceiros	614.569,88D	614.569,88D	-
(-) Deprec. Amort. e Exaustoes	-	-	-
Acum.	9.859.941,49C	9.881.627,79C	-
<b>Intangivel</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	-
Software de Computação	9.120,00D	9.120,00D	-
Amortizações	9.120,00C	9.120,00C	-
<b>Ativo Biológico</b>	<b>4.901.733,38D</b>	<b>4.182.276,28D</b>	-
Animais de Trabalho	55.584,17D	55.466,58D	-
Bovino Permanente	8.614.058,84D	7.189.507,27D	-
Equino Permanente	25.922,11D	25.922,11D	-
Cultura Permanente	2.244.092,82D	2.405.049,51D	-
(-) Deprec. Amort. e Exaustoes	-	-	-
Acum.	6.037.924,56C	5.493.699,19C	-
<b>Passivo e Patrimonio Líquido</b>	<b>61.608.175,37C</b>	<b>53.713.519,51C</b>	-
<b>Circulante</b>	<b>5.224.456,49C</b>	<b>4.950.819,06C</b>	-
Fornecedores	1.319.116,62C	1.315.304,55C	-
Obrigações Tributárias	745.715,75C	1.618.825,29C	-
Obrig. Trabalhistas e Previdenciárias	614.530,96C	199.388,58C	-
Outras Obrigações	2.545.093,15C	1.817.300,64C	-
<b>Não Circulante</b>	<b>1.789.981,64C</b>	<b>6.725.880,85C</b>	-
Outros Débitos	50.000,00C	50.000,00C	-
Receitas Antecipadas e Apropriar	2.025.267,35C	6.808.433,65C	-
Despesas Antecipadas a Apropriar	285.285,71D	132.552,80D	-
<b>Patrimonio Líquido</b>	<b>54.593.737,25C</b>	<b>42.036.819,60C</b>	-
Capital Social	44.500.566,74C	44.500.566,74C	-
Prejuizos Acumulados	-	-2.463.747,14D	-
<b>Reservas</b>	<b>10.093.170,51C</b>	<b>-</b>	-
Reserva Geral	504.658,53C	-	-
Reserva de Lucros	9.588.511,98C	-	-

**Notas Explicativas**  
A Triunfo Agropecuária S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, continuando a Companhia com o mesmo objeto social, mantendo todos os direitos e obrigações que compõem o seu patrimônio, consignando-se, ademais, não houve aumento de capital social, sendo assim permanecerá o mesmo capital social de R\$ 44.500.566,74, passará a ser representado por 4.450.056.674 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada ação, inscritas na exata proporção do valor das respectivas cotas. A Companhia tem como objeto social a atividade agropecuária, compreendendo a criação de bovinos para corte, reprodução, a produção e comercialização de sêmen; a atividade "agrícola" compreendendo a produção do café, da cana de açúcar, da laranja, do milho, da soja e dos demais produtos da cadeia de cultura permanente ou temporária, bem como de parcerias dos respectivos plantios; a atividade "florestal" compreendendo a produção de seringueira, do eucalipto, do bambu

**João Hagop Nercessian** – Diretor Geral  
**Paula Duarte Silveira** – Contadora CRC-SP nº 1SP 176.292/O-2

**Concessionária Linha Universidade S.A.**  
CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 - NIRE 35.300.545.044  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de março de 2023**  
**I. Data, Hora e Local:** Realizada em 17 de março de 2023, às 10h00, na sede social da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **II. Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **III. Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente); e Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário). **IV. Ordem do Dia:** Examinar, discutir, deliberar e votar as seguintes matérias: (a) a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; e (b) a eleição de novo membro para o Conselho de Administração da Companhia. **V. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) Ratificar o recebimento da carta de renúncia apresentada pelo Sr. **Antoine Paul Claude Durand**, francês, solteiro, executivo, portador da cédula de identidade 20FV04229, com domicílio na Rue Saint-Honoré, 75001, Paris, França, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 15 de março de 2023, que fica arquivada na sede social da Companhia; (b) Em razão da deliberação acima, em complemento de mandato, a eleição do Sr. **Pierre, Azad, Emmanuel Tardiveau**, francês, casado, gestor de ativos, portador do passaporte francês nº 15A66374, com endereço comercial, para os fins do presente mandato, em 151 - 151 bis Rue Saint-Honoré - 75001, Paris, França, para o cargo de membro suplente do Sr. Mathieu Pierre Henri Lebégue no Conselho de Administração da Companhia. O Conselheiro ora eleito tomará posse de seu cargo na presente data, mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, cuja cópia segue anexa à presente ata (Anexo I) e declara, sob as penas da lei, para fins do parágrafo primeiro do Artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações, não estar incurso em nenhuma das hipóteses previstas em lei que o impeça de exercer as funções de membros do Conselho de Administração da Companhia. Diante das deliberações acima, ratifica-se a composição do Conselho de Administração da Companhia, que passa a ser composto pelos seguintes membros:  

Composição Atual do Conselho de Administração da Companhia	Prazo de Mandato
Pedro Mengotti Fernández De Los Rios- Titular	Até 05/05/2023
André Lima De Angelo - Titular	Até 22/12/2024
Diego Marin Garcia- Titular	Até 22/12/2024
Mathieu Pierre Henri Lebégue- Titular	Até 22/12/2024
Pierre, Azad, Emmanuel Tardiveau - Suplente	Até 17/03/2025

  
**VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes, São Paulo, 17 de março de 2023. **Confere com original lavrado em livro próprio. Sr. Javier Serrada Quiza - Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 146.482/23-2 em 14/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Comexport Companhia de Comércio Exterior**  
CNPJ/ME nº 43.633.296/0001-90 - NIRE 35.300.019.270  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2023**  
**I. Data, hora e local:** No dia 23 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10.989, 12º andar, cj. 122, Vila Olímpia, CEP 04578-900. **II. Presença:** Presentes acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **III. Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de todos os sócios, nos termos do disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **IV. Mesa:** Presidente, Sr. Alan Goldlust, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, engenheiro de produção, portador do RG nº 6.953.464 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 084.731.328-07; **Secretário,** Sr. Sérgio Vladimirschi Junior, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, economista, inscrito no CPF sob nº 128.909.598-13, portador do RG nº 14.188.274-8 SSP/SP, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 12º andar, cj. 122, Vila Olímpia, CEP 04578-900. **V. Ordem do dia:** Deliberar acerca de distribuições proporcionais de dividendos realizadas pela Sociedade, referente ao exercício de 2022. **VI. Deliberações:** Submetida à discussão e, em seguida, à votação, foi aprovada, pelos sócios presentes, representando 100% (cem por cento) do capital social da sociedade, a matéria colocada para debate, qual seja: 6.1. Os sócios presentes ratificaram a distribuição de dividendos realizada pela Sociedade, referente ao exercício de 2022, englobando valores extraídos do saldo da conta reserva de lucros, no montante de R\$ 84.999.999,99 (oitenta e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), distribuídos aos sócios. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Acionistas presentes: Alan Goldlust / Renata Pinto Grabert / Roberto Amadeu Milani / Vlad Participações Ltda. / Luiz Fernando Braga / Luciana Zeitel Vladimirschi / Silvana Ortiz Machado / Rodrigo Cordeiro Guerra Sá / Rodrigo Pimentel Teixeira / Juliano Simonetti Lefevre. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. Alan Goldlust, Presidente; Sérgio Vladimirschi Jr., Secretário. Subscritores: Alan Goldlust, Renata Pinto Grabert, Vlad Participações Ltda., Roberto Amadeu Milani, Luiz Fernando Braga, Luciana Zeitel Vladimirschi, Silvana Ortiz Machado, Rodrigo Cordeiro Guerra Sá, Rodrigo Pimentel Teixeira e Juliano Simonetti Lefevre. Advogada Responsável: Mirela Righetti, OAB/SP 184.175. Testemunhas: Caroline Tie Tanaka Battisti Archer e Beatriz Zimbaridi Goçalves. JUCESP nº 145.672/23-2 em 14/04/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





## Frente Corretora de Câmbio Ltda.

CNPJ/ME nº 71.677.850/0001-77 - NIRE 35.211.630.542

### 33ª Alteração Contratual de Transformação

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito: **Daniela Fátima Bernardi Marchiori**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada em Porto Alegre - RS, na Rua Honório Silveira Dias, nº 1483 - apto. 702 - Higienópolis - CEP 90540-070, portadora da C.I. RG. nº 9048121629-SSP-RS e do CPF nº 550.084.290-00; **Altino Pavan**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Porto Alegre - RS, na Rua Tobias da Silva, nº 221 - apto. 1201 - Moínhos de Vento - CEP 90570-020, portador da C.I. RG nº 6041870392-SSP-SP e do CPF nº 632.752.280-72; **Ricardo Baracal Panariello**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado em Santos - SP, na Rua República do Peru, nº 44 - Apto. 92 - Ponta da Praia - CEP 11030-290, portador da C.I. RG nº 24.268.109-SSP-SP e do CPF nº 284.756.008-40; **Carlos Henrique Brown**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, na Avenida Lucio Costa, nº 2970 - Apto.-304 - Barra da Tijuca - CEP 22620-172, portador da C.I. RG nº 20.733.999-47-SSP-RS e do CPF nº 967.815.130-87; e **Travelex Banco de Câmbio S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo-SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 5º andar - Conjuntos 51 e 52 - Edifício Berrini One - Cidade Monções - CEP 04571-010, inscrito no CNPJ nº 11.703.662/0001-44 e no Registro do Comércio sob NIRE 35300377435, neste ato representado por seus diretores, o Sr. João Manuel Campanelli Freitas, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, bancário, portador da C.I. RG nº 7.664.367-0-SSP-SP e do CPF nº 041.726.158-64 e o Sr. Christian Reinhard Theodor Stier, alemão, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da C.L. RNE nº V088962-D DIREX e do CPF nº 116.830.058-48, ambos domiciliados em São Paulo - SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 5º andar - Conjuntos 51 e 52 - Edifício Berrini One - Cidade Monções - CEP 04571-010. **Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.**, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.196.151/0001-07, neste ato representado por sua Administradora **Reag Administradora de Recursos Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 1.702 Parte, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.863.529/0001-34, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 15.170, de 12/08/2016. Únicos socios da **Frente Corretora de Câmbio Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 7º andar - escritório nº 8 do Edifício Setin Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 71.677.850/0001-77, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.211.630.542, em sessão de 08/06/1993 ("Sociedade"). Resolvem, de comum acordo alterar o Contrato Social da Sociedade nos seguintes termos: **1. Transformação de Tipo Jurídico da Sociedade:** 2. Os sócios decidem transformar o tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos e condições a seguir estabelecidos: **a)** A denominação social da sociedade passará a ser **Frente Corretora de Câmbio S.A.** ("Companhia"). **b)** Permanecem inalteradas as atuais participações das sócias da Companhia, as quais passam à condição de acionistas, recebendo tantas ações ordinárias quantas forem as quotas de sua propriedade, mantendo se inalterado o valor do capital social, atualmente no valor de R\$ 31.725.000,00 totalmente subscrito e parcialmente integralizado, que passa a ser representado por 228.674 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, de acordo com previsto nos Boletins de Subscrição Anexo 1, deste instrumento, ficando assim distribuídas entre os acionistas: **Sócio:** Altino Pavan; **Quota:** 130.299; **%:** 56,98; **RS:** 15.635.760,00. **Sócio:** Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior; **Quota:** 18.466; **%:** 8,08; **RS:** 6.500.040,00. **Sócio:** Daniela Fátima Bernardi Marchiori; **Quota:** 42.199; **%:** 18,45; **RS:** 5.063.920,00. **Sócio:** Ricardo Baracal Panariello; **Quota:** 14.688; **%:** 6,42; **RS:** 1.762.600,00. **Sócio:** Carlos Henrique Brown; **Quota:** 14.688; **%:** 6,42; **RS:** 1.762.600,00. **Sócio:** Travelex Banco de Câmbio S.A.; **Quota:** 8.334; **%:** 3,65; **RS:** 1.000.080,00. **Total de Quotas: 228.674; Total de %: 100,00; Total em R\$: 31.725.000,00.** e) Ato seguinte, são eleitos por unanimidade, para os cargos da Diretoria, pelo prazo de 03 anos, a partir desta data, a **Sra. Daniela Fátima Bernardi Marchiori**, na qualidade Diretora Presidente, **Sr. Ricardo Baracal Panariello** e **Carlos Henrique Brown**, na qualidade Diretores sem designação específica, todos já qualificados acima. d) Os Diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, e que tampouco foi condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. e) Os membros eleitos da Diretoria, por este ato, são investidos em seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme Anexo II deste instrumento. f) A Companhia será regida por um Estatuto Social, aprovado por unanimidade dos presentes, conforme Anexo II, e pelos dispositivos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. g) Dispensar a instalação do Conselho Fiscal, conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76 e o artigo 16 do Estatuto Social ora aprovado. E, por estarem justas e contratadas, as partes formam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma. São Paulo, 10/11/2022. **Sócios: Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Altino Pavan, Ricardo Baracal Panariello, Carlos Henrique Brown e Travelex Banco de Câmbio S.A.** João Manuel Campanelli Freitas, Diretor Operacional e Christian Reinhard Theodor Stier, Diretor Financeiro. **Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Reag Administradora De Recursos Ltda.**, CNPJ: 23.863.529/0001-34. **Renato Oswaldo de Góis Pereira**, OAB/SP 204.853. JUCESP/NIRE nº 3530061246-9. JUCESP nº 122.977/23-3 em 30-03-23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Razão Social, Sede, Objeto Social e Prazo. Cláusula 1.** A **Frente Corretora de Câmbio S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelas disposições deste Estatuto Social e pela legislação aplicável, especialmente a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Cláusula 2.** A Companhia terá sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 7º andar - escritório nº 8 do Edifício Setin Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-010. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no Brasil ou no exterior, observado este Estatuto Social e as prescrições legais. **§1º.** - A Companhia, por determinação de sua Diretoria e de acordo com a regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional, poderá instalar Postos de Atendimento - PAs, fixos ou móveis, subordinados à agência ou sede, destinado ao atendimento ao público no exercício de uma ou mais de suas atividades, sem necessidade de prévia autorização do Banco Central do Brasil, apenas o cadastramento dos dados no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (UNICAD), nos termos do artigo 11 da Resolução-CMN nº 4.072, de 26/04/2012. **Cláusula 3.** A Companhia terá por objeto social a atividade de e prática de operações no mercado de câmbio, especificamente: a) operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US\$300.000,00 ou o seu equivalente em outras moedas; e b) operações no mercado interbancário, arbitragem no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior. É vedado à Companhia: a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através de cessão de direitos; b) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 vezes, a critério do Banco Central do Brasil; e c) obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados à aquisição de bens para uso próprio. **Cláusula 4.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Cláusula 5.** O Capital Social da Companhia totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 31.725.000,00 dividido 228.674 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **§2º.** A Companhia poderá criar reservas de capital, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desde que sua capitalização seja sem a emissão de novas ações. **§3º.** Cada ação ordinária da Companhia corresponderá a 01 voto nas Assembleias Gerais, cuja deliberação será tomada na forma deste Estatuto Social e de legislação aplicável. **§4º.** A Companhia poderá mediante deliberação da Assembleia Geral aumentar o capital social, podendo ser emitidas tanto ações ordinárias como preferenciais, sendo que para as ações preferenciais observar-se-á: a) prioridade na distribuição de dividendos; b) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, bem como na distribuição de ações bonificadas, provenientes de capitalização de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer fundos; e c) prioridade no reembolso do capital, sem prejuízo, em caso de dissolução da Companhia. **Capítulo III. Assembleia Geral. Cláusula 6.** As Assembleias Gerais dos Acionistas serão realizadas, ordinariamente, dentro dos primeiros quatro (4) meses após o término do exercício e, extraordinariamente, sempre que os interesses corporativos exigirem, para decidir qualquer matéria de sua competência. **§1º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador que satisfaca as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 7.** As Assembleias Gerais dos Acionistas serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente e, em caso de ausência, por qualquer membro que detiver ações representando a maioria do capital social votante da Companhia. O presidente da Assembleia Geral indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e lavar a ata da Assembleia Geral. **§1º.** Não obstante as formalidades aqui previstas em relação à chamada, a Assembleia Geral dos Acionistas, será considerada, regularmente convocada sempre que todos os acionistas estiverem presentes. **Cláusula 8.** As Assembleias Gerais dos acionistas serão realizadas na sede da Companhia e instaladas na primeira chamada, com a presença dos acionistas que tiverem ações representando a maioria do capital social com direito a voto da Companhia ou, na segunda chamada, com a presença dos acionistas que tiverem ações representando qualquer percentual do capital social com direito a voto da Companhia. **§1º.** A ata das Assembleias Gerais e suas resoluções serão registradas em livro próprio. **Cláusula 9.** As matérias submetidas para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas serão adotadas pelo voto dos acionistas que tiverem ações representando a maioria do capital social com direito a voto da Companhia presentes na Assembleia, exceto conforme previsto na Cláusula 10 abaixo. **Cláusula 10.** A aprovação das matérias abaixo exigirá o voto dos acionistas que tiverem ações representando

a maioria do capital social com direito a voto da Companhia, a menos que um quórum superior seja aplicável conforme previsto em Acordo de Acionistas: a) alteração relevante do objeto social da Companhia; b) criação de uma nova classe de ações ou modificações dos direitos atribuídos às ações; c) emissão de novas ações, aumento ou redução de capital ou recapitalização da Companhia, ou qualquer resgate ou amortização de ações, exceto conforme previsto no plano de negócios; d) envolvimento da Companhia em qualquer transação societária relevante, inclusive qualquer fusão ou incorporação, cisão ou qualquer forma de reestruturação societária, exceto em relação a qualquer reestruturação societária interna envolvendo a Companhia que não resulte em alteração às ações detidas pelos acionistas ou aos direitos atribuídos a suas ações; e) dissolução, liquidação, pedido de falência ou procedimentos de insolvência da Companhia. **Capítulo IV. Administração da Companhia. Cláusula 11.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 5 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral com Mandato de 3 anos, admitida a reeleição. **§1º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos, nos 30 dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura do termo de posse no livro societário próprio, observadas as orientações do Banco Central do Brasil e cumpridas as formalidades legais aplicáveis, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus substitutos. **§2º.** Os membros da Diretoria perceberão remuneração e poderão perceber participação nos lucros, observados os limites legais. A remuneração e/ou participação nos lucros deverá ser estabelecida em Assembleia Geral dos Acionistas. **§3º.** É expressamente vedado ao Diretor, procurador ou empregado da Companhia a prática de qualquer ato envolvendo a Companhia, que seja estranho ao seu objeto social, sendo tal ato considerado nulo de pleno direito. A prática de tais atos sujeitará o diretor, procurador ou empregado da Companhia a responsabilização civil e criminal, se aplicável. **§4º.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, por convocação de qualquer de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. **§5º.** No caso de impedimentos ou ausência temporária de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, um substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente. **§6º.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de suas gestões. **Cláusula 12.** Compete à Diretoria: a) atuar como interface entre diferentes unidades organizacionais, administrando o processo de disseminação da missão, visão e cultura da Companhia; b) responder pela administração geral da Companhia, atuando de forma a realizar o planejamento estratégico aprovado e zelando para que os investimentos realizados dos retornos estabelecidos, dentro dos padrões de qualidade, rentabilidade, prazos segurança e éticos definidos; c) representar a Companhia perante as autoridades monetárias, civis, entidades de classe e mercado em geral, zelando pela sua imagem e defendendo seus direitos. **§1º.** - Compete ainda aos Diretores as seguintes atribuições: **Daniela Fátima Bernardi Marchiori:** • responsável pelas áreas de (i) auditoria interna; (ii) compliance/controles; (iii) ouvidoria; (iv) gestão de riscos; e (v) jurídico. **Ricardo Baracal Panariello:** • responsável pelas áreas de (i) câmbio; (ii) distribuição - canais; (iii) marketing e produtos; (iv) novos negócios; (v) financeira; e (vi) controladoria. **Carlos Henrique Brown:** • responsável pelas áreas de (i) cadastro; (ii) back office; (iii) administração geral; e (iv) tecnologia da informação. **§2º.** - A representação da Companhia e a prática de atos necessários ao seu funcionamento regular, competirá sempre a: a) a Sra. **Daniela Fátima Bernardi Marchiori**, isoladamente; b) aos Srs. **Ricardo Baracal Panariello** e **Carlos Henrique Brown**, em conjunto; c) aos Srs. **Ricardo Baracal Panariello** ou **Carlos Henrique Brown** em conjunto com 1 procurador, este devidamente constituído na forma do §2º do artigo 14; ou d) a 2 procuradores em conjunto, estes devidamente constituídos na forma do §2º do artigo 14. **Cláusula 13.** As reuniões da Diretoria serão realizadas sempre que necessário e somente o Diretor Presidente poderá convocar uma reunião da Diretoria. **§1º.** - As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante a presença de todos os membros que compõem o quadro de Diretores da Companhia. **§2º.** As resoluções da Diretoria serão adotadas pelo voto da maioria dos Diretores. **§3º.** - A ata de reunião da Diretoria e suas resoluções serão registradas em livro próprio. **Cláusula 14.** Os atos que envolva responsabilidade para a Companhia, ou dispensem obrigações de terceiros perante a Companhia somente serão válidos com a assinatura do Diretor Presidente. **§1º.** - A Companhia somente poderá ser representada pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, na emissão de duplicatas, no endosso de cheques, exclusivamente para depósito em favor da Companhia em suas contas bancárias, para receber citação e notificação extrajudicial ou judicial. **§2º.** - As procurações a serem outorgadas pela Companhia sempre deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente e serão outorgadas para propósitos específicos e por um prazo de duração definida, que não deverá exceder 1 ano, exceto por aquelas com poderes "ad judicia", que serão outorgadas por prazo indefinido. **§3º.** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, ou perante quaisquer órgãos públicos ou autoridades federais, estaduais ou municipais, será atribuída ao Diretor Presidente ou um procurador da Companhia, cujos poderes sejam especificados em uma procuração. **Capítulo V. Funcionamento da Ouvidoria. Cláusula 15.** A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá as seguintes atribuições: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e **§1º.** - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; d) manter a Diretoria da Companhia, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos seus representantes para solucioná-los; e e) o diretor responsável pela Ouvidoria deve elaborar relatório trimestral quantitativo e qualitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro. O referido relatório deve ser encaminhado à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e aos Administradores da Companhia. **§2º.** - A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por 12 meses. **§3º.** - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, caso ele descumpra as atribuições previstas no "caput" da Cláusula 27. **§4º.** - Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **§5º.** - A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **§6º.** - De acordo com §"b", Inciso II do Artigo 5º da Resolução nº 4.860 de 23/10/2020 do Conselho Monetário Nacional, é admitido o compartilhamento da Ouvidoria por instituição não integrante de conglomerado composto por pelo menos duas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, podendo ser constituída a ouvidoria na associação de classe a que seja filiada ou na bolsa de valores ou bolsa de mercadorias e futuros ou bolsa de valores e de mercadorias e futuros nas quais realize operações. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. Cláusula 16.** O Conselho Fiscal terá seu funcionamento não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas, dentro do que preceitua o artigo 161 da Lei 6.404/76. **§1º.** - A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por até 3 membros efetivos, acionistas ou não, residentes no Brasil ou não, todos qualificados segundo as exigências e com as atribuições previstas em lei. **Cláusula 17.** O Conselho Fiscal uma vez instalado deverá eleger todos os seus membros efetivos e suplentes, cujo mandato expirará no dia após a Assembleia Geral Ordinária. **Cláusula 18.** O Conselho Fiscal, quando instalado e eleito, deverá se unir ordinariamente ao menos uma vez a cada trimestre. **Cláusula 19.** A Assembleia Geral dos Acionistas que eleger o Conselho Fiscal deverá observar as disposições legais aplicáveis a cada membro efetivo e seu suplente, no exercício de suas atribuições. **Capítulo VII. Exercício Social e Lucros. Cláusula 20.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Cláusula 21.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os acionistas deliberarão sobre a aprovação das contas da administração, através de Assembleia Geral conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. **§1º.** Dos resultados do exercício financeiro, as perdas acumuladas e as provisões para imposto de renda serão deduzidas nos termos do Artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações. **§2º.** Do lucro líquido do exercício, cinco por cento serão alocados à constituição da reserva legal, que não deverá exceder vinte por cento do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 193 da Lei das S.A. **§3º.** Do lucro líquido devidamente ajustado de acordo com o Artigo 202, item i, subitem "a" da Lei das Sociedades por Ações, os menos vinte e cinco por cento serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. **§4º.** Os acionistas deverão decidir sobre a distribuição ou outra alocação do lucro líquido excedendo o dividendo mínimo obrigatório. **Cláusula 23.** A Companhia, por proposta da Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderá distribuir (i) dividendos intermediários, descontados da conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes do último balanço anual ou semianual; e/ou (ii) dividendos intercalares, descontados da receita existente de balanços intercalares elaborados trimestralmente ou períodos de tempo mais curtos. **Cláusula 24.** A Companhia poderá, se assim resolvido pela Assembleia Geral, pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, conforme previsto nos termos do Artigo 9, § 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995, conforme alterada, e a legislação e regulamentos aplicáveis, atribuindo ao valor dos juros sobre o capital próprio pago ou creditado a valor dos dividendos obrigatórios. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas. Cláusula 25.** A Companhia e seus administradores deverão cumprir e observar eventuais Acordo de Acionistas, que deverá ser arquivado em sua sede ("Acordo de Acionistas"). O presidente da Assembleia Geral dos Acionistas não deverá registrar o voto de um acionista que não cumpra os termos do Acordo de Acionistas. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Cláusula 26.** A Companhia será dissolvida e liquidada nas circunstâncias previstas em lei, neste Estatuto Social e/ou no Acordo de Acionistas e a Assembleia Geral, deverá determinar a forma de liquidação e eleger um síndico ou síndicos e os membros do Conselho Fiscal, que estará instalado durante todo o período de liquidação, estabelecendo, ainda, seus poderes e remuneração. **Cláusula 27.** Qualquer omissão e/ou dívidas relacionadas a este Estatuto Social serão resolvidas pela Assembleia Geral dos Acionistas. **Capítulo X. Foro. Cláusula 28.** Todas e quaisquer disputas, dúvidas ou controvérsias decorrentes direta ou indiretamente relacionadas a este Estatuto Social, envolvendo quaisquer dos acionistas e a Companhia, deverão ser necessariamente resolvidas perante o Foro Central da Comarca de SP/ SP, que será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS